

## A EDUCAÇÃO MUNICIPAL E A PANDEMIA EM MONTES CLAROS: O RETRATO DO ENSINO REMOTO

Recebido em: 28/08/2023

Aceito em: 27/09/2023

DOI: 10.25110/educere.v23i3.2023-019

Maria de Fátima Ribeiro Andrade <sup>1</sup>

Bárbara Oliveira de Moraes <sup>2</sup>

Bárbara Fernandes Amorim de Aguiar Brum da Silva <sup>3</sup>

Adalberto Oliveira Brito <sup>4</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo geral verificar os impactos causados pela pandemia no setor da educação municipal na cidade de Montes Claros/MG. E, como objetivos específicos apresentar as medidas adotadas pela gestão pública municipal na área de educação, tendo como perspectiva a educação municipal; verificar as ações estratégicas utilizadas pela gestão escolar para manter os alunos ativos e frequentes no período de ERE/ensino híbrido; e realizar um quadro descritivo com as principais ações que o gestor público implementou para manter o ensino municipal em funcionamento entre os anos de 2020, 2021 e parte de 2022. Para responder aos objetivos propostos foi utilizado como método levantamento bibliográfico e observação participante. Os aspectos encontrados a partir da discussão dos autores e do cenário verificado nas escolas municipais de Montes Claros, apontam que o gestor público municipal replicou estratégias e ações utilizadas pela gestão estadual e que visavam a assistência emergencial do setor educacional em tempos de crise pandêmica. Também pode-se destacar o papel do gestor escolar e de toda comunidade escolar que, possui consciência dos impactos negativos da pandemia, mas buscou minimizá-los através de ações que visaram proteger a saúde de todos, mas tentando manter o corpo discente próximo, evitando evasão escolar e maiores danos ao ensino de modo geral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão Pública; Gestão Escolar; Pandemia; COVID 19; Ensino Remoto.

### MUNICIPAL EDUCATION AND THE PANDEMICS IN MONTES CLAROS: THE PORTRAIT OF REMOTE EDUCATION

**ABSTRACT:** This article aims to verify the impacts caused by the pandemic on the municipal education sector in the city of Montes Claros, MG. The specific objectives are to present the measures adopted by the municipal public administration in the field of education, focusing on municipal education; to examine the strategic actions implemented by school management to keep students engaged and attending during the period of remote and hybrid learning; and to create a descriptive overview of the main actions that the public administrator implemented to keep municipal education functioning between 2020, 2021, and part of 2022. To address these objectives, a bibliographic survey and

<sup>1</sup> Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG).

E-mail: [filosofanadasei@gmail.com](mailto:filosofanadasei@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). E-mail: [bomoraais@gmail.com](mailto:bomoraais@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestra em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). E-mail: [profbarbaraaguiar@gmail.com](mailto:profbarbaraaguiar@gmail.com)

<sup>4</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) pelo Colégio Pedro II. E-mail: [adalbertooliv@gmail.com](mailto:adalbertooliv@gmail.com)

participant observation were used as methods. The aspects identified from the authors' discussions and the situation observed in Montes Claros' municipal schools indicate that the municipal public administrator replicated strategies and actions used by the state administration, aimed at providing emergency assistance to the educational sector during the pandemic crisis. The role of school management and the entire school community is also noteworthy, as they were conscious of the negative impacts of the pandemic but sought to minimize them through actions focused on protecting everyone's health while keeping the student body close, avoiding school dropout, and reducing overall educational damage.

**KEYWORDS:** Public Administration; School Management; Pandemic; COVID-19; Remote Teaching.

## LA EDUCACIÓN MUNICIPAL Y LA PANDEMIA EN MONTES CLAROS: EL RETRATO DE LA ENSEÑANZA REMOTA

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo general verificar los impactos causados por la pandemia en el sector de educación municipal en la ciudad de Montes Claros, MG. Los objetivos específicos son presentar las medidas adoptadas por la gestión pública municipal en el área de educación, teniendo en cuenta la perspectiva de la educación municipal; examinar las acciones estratégicas implementadas por la gestión escolar para mantener a los alumnos activos y asistiendo durante el período de educación remota y enseñanza híbrida; y realizar un cuadro descriptivo con las principales acciones implementadas por el gestor público para mantener el funcionamiento de la educación municipal entre 2020, 2021 y parte de 2022. Para abordar estos objetivos, se utilizó el levantamiento bibliográfico y la observación participante como métodos. Los aspectos identificados a partir de las discusiones de los autores y la situación observada en las escuelas municipales de Montes Claros indican que el gestor público municipal replicó estrategias y acciones utilizadas por la gestión estatal, destinadas a brindar asistencia de emergencia al sector educativo durante la crisis pandémica. También es destacable el papel de la gestión escolar y de toda la comunidad escolar, conscientes de los impactos negativos de la pandemia, pero buscando minimizarlos a través de acciones enfocadas en proteger la salud de todos, manteniendo al alumnado cercano, evitando el abandono escolar y reduciendo el daño educativo en general.

**PALABRAS CLAVE:** Administración Pública; Gestión Escolar; Pandemia; COVID-19; Enseñanza Remota.

## INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade de aprendizagem, onde o aprender tornou-se um imperativo. (SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020). É notório que a educação abre portas para melhores oportunidades de vida aos cidadãos, assim como é no ambiente escolar que a criança possui contato com outras e desenvolve seus primeiros contatos com letras, números e, com o auxílio da família, são formados para o convívio em sociedade.

A crise sanitária causada pela COVID-19 impactou diretamente todas as atividades existentes no mundo (SENHORAS, 2020). E a educação foi um dos primeiros

setores que tiveram que parar devido ao alto índice de propagação do vírus entre as pessoas. Todos os setores de atividades passaram por desafios com a implementação do *lockdown* mundial. E com a educação não foi diferente. O ensino conhecido como “tradicional”, onde o professor é o mediador e a figura central na sala de aula, teve que ser substituído (mesmo que provisoriamente) pelo Ensino Remoto Emergencial - ERE e, posteriormente pelo híbrido, devido a segurança da vida das pessoas (MOREIRA; HENRIQUES; BARROS, 2020).

Trabalhos anteriores como o de Peixoto; Campos; Nogueira (2022), ressaltaram os efeitos da pandemia de covid-19, destacando que nesse período foram grandes os impactos na sociedade, que podem ser vislumbrados em todas as áreas, sobretudo na educação. Acostumados com o ambiente escolar e o ensino presencial, o impacto de ficar impedido de encontrar colegas, professores e a sala de aula, trouxe um desafio gigantesco aos profissionais da educação que tiveram que se reinventar para buscar promover e trazer educação de qualidade e com o menor impacto possível através do ERE.

Com um tempo limitado e em busca de estratégias que pudessem suprir de forma acessível e concreta, estados e municípios buscaram alternativas para manter a educação ativa, mesmo nas salas das casas dos estudantes. Planos de Ensino Tutorado foram criados, canais na televisão e aulas gravadas e em tempo real foram inseridos para manter o dia a dia escolar ativo. Tendo em vista esses desafios, as perguntas que nortearam esse trabalho foi: Qual o impacto da pandemia de COVID-19 no setor da educação municipal em Montes Claros e como a gestão pública municipal respondeu a essa crise, particularmente no contexto do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e do ensino híbrido?

Diante do exposto, objetiva-se nesse artigo verificar os impactos causados pela pandemia no setor da educação municipal na cidade de Montes Claros, enfatizando a observação participante realizada junto à uma escola da rede pública municipal. Têm-se como objetivos específicos: (i) apresentar as medidas adotadas pela gestão pública municipal na área de educação, tendo como perspectiva a educação municipal; (ii) verificar as ações estratégicas utilizadas pela gestão escolar para manter os alunos ativos e frequentes no período de ERE/ensino híbrido; e (iii) realizar um quadro descritivo com as principais ações que o gestor público implementou para manter o ensino municipal em funcionamento entre os anos de 2020, 2021 e parte de 2022.

Para atingir tais objetivos utilizou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental, bem como a observação participante junto a uma escola do município de Montes Claros. A justificativa da pesquisa em termos práticos se

dá pelas contribuições que a investigação dos impactos da pandemia de COVID-19 no setor da educação municipal em Montes Claros, com foco na transição para o Ensino Remoto Emergencial (ERE) e no ensino híbrido, oferece perspectivas de enfrentamento em períodos de crise. Sobretudo, em termos de gestão pública no âmbito da educação em nível municipal, destacando medidas adotadas, estratégias para manter os alunos ativos e a criação de um quadro descritivo das ações implementadas. As contribuições teóricas, parte da premissa que a partir das discussões do trabalho estimular-se-á a busca por soluções mais eficazes na gestão da educação municipal durante crises, ampliando o conhecimento existente.

O estudo da temática torna-se relevante devido a necessidade de identificação pelo gestor público de oportunidades de inovação e melhoria na implantação dessa modalidade de ensino em escolas públicas municipais, tendo em vista que o ERE é uma medida emergencial e que não pretende recriar o sistema educacional. Parte-se da hipótese de que, apesar dos esforços da gestão pública em oferecer e estimular a educação para os grupos familiares, o público foi severamente afetado, principalmente devido a metodologia remota que era desconhecida pela grande maioria do público infanto-juvenil e que não se adaptou ainda ao modelo.

Este artigo está estruturado em seis seções. Começa com um resumo das principais ideias e palavras-chave relacionadas à Educação à Distância, Ensino Híbrido e Gestão Pública Escolar em tempos de pandemia. A segunda seção introduz o artigo, apresentando seus objetivos e justificativas. Em seguida, a terceira seção explora a revisão de literatura sobre o cenário educacional brasileiro diante dos desafios da COVID-19. A quarta seção descreve a metodologia utilizada. A quinta seção discute os autores apresentados à luz da realidade de Montes Claros, com base na observação participante em uma escola municipal. Por fim, a sexta seção apresenta as considerações finais, respondendo aos objetivos e contribuindo para estudos futuros sobre o tema.

## **REVISÃO DE LITERATURA**

É inegável afirmar que a educação é base para a formação dos cidadãos. E diante de uma sociedade cada vez mais atarefada, dispor tempo para frequentar salas de aula físicas tem sido cada vez mais complicado. Nesse contexto, a Educação à Distância ou simplesmente EaD emerge. Autores como Silva; Cerce; Silva (2020) conceituam que a EaD é uma modalidade de ensino que possui mais de 200 anos e expandiu o acesso à educação a grandes contingentes populacionais.

No Brasil, esse tipo de ensino desenvolveu-se por volta da década de 1930 onde os alunos aprendiam a partir de correspondências e os programas de iniciação profissional eram voltados para as áreas técnicas. O sistema evoluiu para transmissões via rádio, televisão, passando para a internet (SILVA; CERCE; SILVA, 2020).

Fernandes *et. al.* (2020) descreveram as vantagens na adoção da modalidade EaD, destacando-se a possibilidade de administração do tempo pelo aluno e o seu local de estudo, bem como a economia com transporte e alimentação. Contudo, apesar da possibilidade de assistir as aulas em qualquer horário e local do mundo, essa forma de ensino requer maturidade e disciplina do aluno pois traz uma autonomia e ao mesmo tempo o compromisso para organizar horários e priorizar determinado tempo do seu dia para os estudos.

As instituições de ensino tiveram que adaptar-se a novas metodologias, levando a escola para milhões de lares brasileiros, com a crise coronavírus. A COVID-19 trouxe perdas irreparáveis de vidas e, segundo Senhoras (2020), fortes impactos econômicos no mundo todo. Autores como Saraiva; Traversini; Lockmann (2020, p. 2) afirmam que “medidas de isolamento social para reduzir a contaminação são adotadas ao redor do mundo, com maior ou menor rigidez” onde as instituições de ensino foram uma das primeiras a serem afetadas devido ao “grande número de indivíduos confinados juntos por longos períodos”.

Para Silva; Silva; Gomes (2021), a necessidade de isolamento social, afetou todos os setores e em busca da saúde pública e da preservação de vidas, as famílias tornaram-se, mais do que nunca, parceiros fundamentais para que o ensino não ficasse prejudicado e os alunos não ficassem estagnados no ensino-aprendizagem.

Porém, a educação brasileira não estava preparada para essa adaptação e, segundo Moreira; Henriques; Barros (2020, p.352), a suspensão das atividades presenciais gerou a “obrigatoriedade dos professores e estudantes migrarem para a realidade *online* transferindo e transpondo metodologias e práticas pedagógicas típicas dos territórios físicos de aprendizagem” em um sistema que ficou conhecido por Ensino Remoto Emergencial - ERE.

Diferente da EaD, que possui equipe treinada e ambiente físico preparado para a gravação e transmissão das aulas, o ERE foi implantado de forma abrupta, e as tecnologias utilizadas, na maioria dos casos, foram implantadas numa perspectiva meramente instrumental (MOREIRA; HENRIQUES; BARROS, 2020). Silva; Silva; Gomes (2021, p.4) reforçam ainda que “a pandemia trouxe à tona uma complexa realidade

que sempre existiu, intensificando a precarização e descortinando as múltiplas formas de desigualdade”.

Além disso, é preciso ratificar que a EaD se torna mais abrangente, já que possui legislação própria e implica não somente a utilização de sistemas *online*, mas também analógicos, como materiais impressos. Já a ERE é uma mudança temporária da entrega de conteúdos curriculares para uma forma de oferta alternativa, devido a situação de crise, que não pretende recriar o sistema educacional, apenas adaptar o ensino tradicional/presencial para aulas remotas e que podem ser combinadas com momentos híbridos ao longo da diminuição dos casos da doença (LEÃO; OLIVEIRA; MANDÚ, 2020).

Impossível mensurar os prejuízos ocasionados pela pandemia, mas Almeida; Lüchmann; Martelli (2020) suscitam em seus estudos o panorama da COVID-19 no Brasil, dando ênfase à postura do gestor público federal frente ao agravamento da pandemia; as fortes desigualdades sociais/regionais; a vulnerabilidade da maioria da população e o papel e importância crucial do SUS no contingenciamento de uma tragédia ainda maior.

Segundo Leão; Oliveira; Mandú (2020, p.2), o Ministério da Educação autorizou o cômputo de “atividades não presenciais para cumprimento de carga horária”, utilizando períodos não previstos como recessos escolares e sábados letivos.

Com essa urgência, o Brasil deparou-se com a falta de treinamento e preparo dos professores com as tecnologias disponibilizadas (*Google Meet, Plataforma Zoom, Skype, Google Hangout, Google Classroom, Plataforma Moodle, Microsoft Teams* etc), bem como a falta de recursos tecnológicos para realizarem os trabalhos. Nesse sentido, a exaustão escolar tomou conta dos professores, com as excessivas e exaustivas jornadas de trabalho, além do fato que o custo das aulas remotas acabou recaindo sobre os profissionais da educação que transformaram suas casas em salas de aula (SILVA; SILVA; GOMES, 2021).

Além disso, vale reforçar a precarização das condições do trabalho docente, apontados por Oliveira (2020) e que afetam diretamente na qualidade de ensino prestada na Educação Básica Brasileira e que se agravou devido aos desafios enfrentados através da pandemia da COVID-19. Para De Almeida (2022, p. 163), “Pensar educação de qualidade, na atualidade, não pode estar desvinculado dos processos de produção do conhecimento e de construção da cidadania”.

O ERE desenvolve-se através de interações síncronas e assíncronas e através de um grupo de profissionais que assumiu funções diferentes e possibilitaram a dinamicidade das aulas. Fernandes *et. al.* (2020), reforçam que a implantação do ERE pode ser complexa e faz-se necessária a análise de elementos como (p.3) “tecnologias a serem utilizadas, forma de acesso aos meios tecnológicos por parte dos estudantes, adoção de métodos pedagógicos eficazes para o aprendizado, bem como a escolha de conteúdos adequados com funções informativas e formativas”.

A adaptação ao ERE, segundo Barone (2020, p.4), é vagarosa devido, principalmente, a falta de preparo dos professores e dos governos em investir em capacitação para a educação *online*, sobretudo na educação básica. Soma-se a isso a falta de infraestrutura dos ambientes escolares que não contam com computadores e *internet* para a prática do ensino híbrido. Além dos alunos e dos próprios profissionais terem origem carente e não dispor de recursos para aquisição de computadores ou celulares para o acompanhamento das atividades escolares.

É importante destacar o tempo de consolidação do ERE no cenário educacional. O EaD já é realidade para o gestor público há algumas décadas, popularizando-se nos últimos anos. Nesse sentido, o gestor público já possuía políticas públicas voltadas para implementação desse tipo de ensino no país. Capacitações, treinamentos e organização de estrutura física foram implantados em todo Brasil, com vistas a expandir o ensino para o máximo de pessoas possível.

Um bom exemplo de como o ERE foi implementado de forma emergencial e sem preparo dos gestores públicos, recai sobre as ferramentas utilizadas pelos gestores escolares na concepção do ensino nesse período. Devido à falta de capacitação, treinamento e informação dos profissionais, plataformas como o Moodle – que possui ferramentas didáticas e que compõem a estrutura de um curso EaD- foram substituídas pela adaptação de ferramentas de plataformas como Google (Google *Classroom*, Google *Meet*) e Facebook (WhatsApp), mais populares e que traziam a impressão de maior facilidade de adaptação/manuseio.

O meio encontrado foi um paliativo, que não resolve o problema da educação, mas apazigua e minimiza os danos causados pela suspensão das aulas. Muitos foram os possíveis danos apontados pelos autores, mas o mais destacado refere-se a queda na produtividade educacional (SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020).

Os estados brasileiros possuem determinada autonomia para gerir questões educacionais. O estado de Minas Gerais, conforme ilustra Leão; Oliveira; Mandú (2020),

possui mais de 4 milhões de alunos entre os ensinos infantil, fundamental e médio e, devido à crise causada pela COVID-19, foi implementado um plano de estudos em casa guiado por um regime de ensino remoto.

Em março de 2020, através do Decreto nº113, o gestor público de Minas Gerais declarou situação de emergência e deliberou regime de teletrabalho aos profissionais da educação, disponibilizando algumas ferramentas de trabalho *online*, como a Plataforma Estude em Casa, que dá acesso a ferramentas úteis aos estudos em casa (MINAS GERAIS, 2020); (LEÃO; OLIVEIRA; MANDÚ, 2020).

Antunes (2020) acrescenta que, através da Resolução nº 4310/2020, o Estado de Minas Gerais implementou um modelo de educação nomeado de REANP (Regime de Estudo Não Presencial). Esse modelo foi estruturado em três segmentos: (i) Plano de Estudo Tutorado (PET); (ii) Se Liga na Educação – modelo de teleaulas e o (iii) Conexão Escola – aplicativo digital para *smartphones* e que tem sido utilizado até a escrita deste artigo (MINAS GERAIS, 2020a)

A seção de resultados e discussões abordará de forma mais detalhada as ações implementadas pelos gestores públicos na cidade de Montes Claros, mas no mesmo período, a gestão municipal de Montes Claros seguiu ações semelhantes às implementadas pelo governo estadual impondo, através dos decretos de nºs 4002 e 4004 de março de 2020; e 4021 de abril de 2020, o regime especial de atividades pedagógicas não presenciais para as unidades municipais de ensino, fechando escolas e CEMEIs para atividades presenciais por tempo indeterminado (MONTES CLAROS, 2020; MONTES CLAROS, 2020a; MONTES CLAROS, 2020b).

Por cerca de um mês, professores e alunos ficaram parados, sem a possibilidade de continuidade do ensino, já que em algumas redes públicas, suspenderam efetivamente as atividades, até a elaboração de uma metodologia que fosse efetiva e segura para professores, alunos e comunidade escolar.

O meio encontrado para preencher a lacuna deixada na vida dos estudantes foi a utilização do ERE. E, da mesma forma como verificado em todo o Brasil, a cidade encontrou barreiras de capacitação e instrumentos de trabalho por parte dos profissionais da rede municipal.

Para encerrar essa seção, destaca-se que com o controle da pandemia e o avanço da vacinação, a gestão municipal publicou em abril de 2021 o Decreto nº 4204 (MONTES CLAROSc, 2021) que rege o retorno presencial gradual às atividades escolares. Outros decretos foram publicados durante os meses subsequentes restringindo e relaxando as

medidas de isolamento, mas, desde o mês de junho de 2021 as escolas municipais têm funcionado pelo modelo de ensino híbrido em regime de rodízio semanal gradual e em etapas.

## **METODOLOGIA DE PESQUISA**

Como este trabalho visa um estudo científico quanto à educação municipal no contexto da pandemia, na cidade de Montes Claros, o mesmo possui finalidade de pesquisa aplicada já que “objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.51).

No que se refere à abordagem, a metodologia utilizada no desenvolvimento do trabalho foi a pesquisa qualitativa que se caracteriza, segundo Neves (1996) por traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social. Além disso, “o desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa supõe um corte temporal-espacial de determinado fenômeno por parte do pesquisador” (NEVES, 1996, p.1)

Acerca do objetivo, esse estudo é exploratório no primeiro objetivo haja vista que será realizado um levantamento de informações divulgadas pelo município sobre medidas de contingenciamento na educação; também será descritiva, pois irá descrever as ações apresentadas em uma escola municipal no contexto da pandemia causada pela COVID-19 e explicativa já que o terceiro objetivo apresentará as ações implantadas por essa escola ao longo dos decretos publicados pelo gestor público municipal.

Quanto ao método empregado, esse estudo é caracterizado por levantamento bibliográfico e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Ele terá como procedimentos técnicos: delineamento através de pesquisa bibliográfica e estudo de campo, sendo a primeira “caracterizada por material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p.44) e na segunda, estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social.

Foi realizada uma busca de materiais científicos na literatura, relacionados à temática e que foram incorporados a esse projeto. Os materiais foram pesquisados entre os meses de setembro e outubro do ano de 2021. A pesquisa teve como base para coleta de dados, a plataforma de pesquisa Google Acadêmico.

Definiu-se como critério, materiais elaborados - sobretudo artigos - publicados entre os anos de 2020 a 2021, de onde foram extraídas informações de caráter científico para a composição do estudo. O recorte temporal foi restrito devido ao contexto da

Pandemia COVID-19 e dos estudos apresentados referenciem as consequências da doença no contexto social e no âmbito da gestão escolar.

É importante ressaltar que para pensar na estrutura deste estudo foi seguido criteriosamente um roteiro estruturado pela Prof<sup>ª</sup>. Orientadora e que buscava um rigor estrutural baseado na metodologia empregada, culminando na busca de materiais e na redação deste trabalho.

Após o levantamento de textos condizentes com o universo de pesquisa, foi realizada a redação da revisão de literatura, com vistas a organizar todas as ideias para a elaboração dos resultados e discussões.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da leitura do material bibliográfico encontrado e seguindo a metodologia proposta, busca-se nessa seção discutir os principais pontos apresentados pelos autores, sob o viés da observação participante realizada em uma escola municipal localizada na região norte da cidade de Montes Claros/MG.

É preciso, portanto, descrever as principais iniciativas tomadas pelo gestor público municipal de Montes Claros (prefeito) através da implementação de decretos e orientações diretas às escolas municipais, para verificar através da observação realizada, as medidas que foram tomadas pelo gestor escolar (diretor escolar).

Elaborou-se um quadro descritivo (Quadro 1) e que secciona a crise pandêmica na cidade em três etapas: Etapa 1 (medidas severas - roxo); Etapa 2 (medidas ponderadas – amarelo) e Etapa 3 (medidas brandas – verde), definidas a partir das leituras realizadas e das principais ações tomadas pelo gestor público municipal e que atingiram de forma direta o setor educacional.

Os decretos foram selecionados a partir do site oficial da Prefeitura Municipal de Montes Claros e tiveram como critério de busca, publicações realizadas entre os meses de fevereiro/2020 a novembro/2021.

Quadro 1: principais decretos publicados para a área educacional frente a Pandemia COVID- 19 em Montes Claros/MG

ETAPA	DECRETO	IMPOSIÇÕES
01	Decreto nº 4001 de 13 de março de 2020.	Decreta estado de emergência no município de Montes Claros e cria gabinete de crise
	Decreto nº 4002 de 16 de março de 2020.	Art. 3º - Suspende as atividades escolares presenciais, bem como cursos de capacitação presenciais na rede pública e privada, nos ensinos infantil, fundamental, médio e universitário até dia de 03/04/2020
	Decreto nº 4004 de 17 de março de 2020	Revoga o art. 3º do Decreto 4002 de 16/03/2020. (Citado acima)

	Decreto nº 4007 de 20 de março de 2020.	Suspensão de todos os estabelecimentos de ensino localizados no município de Montes Claros.
	Decreto nº 4009 de 24 de março de 2020.	Art.1º §5º Exclui a proibição de funcionamento do presente artigo a prestação de serviço de ensino a distância.
	Decreto nº 4021 de 08 de abril de 2020.	Prorroga até dia 30/04/2021 a suspensão do funcionamento de todos os estabelecimentos de ensino no município de Montes Claros
	Decreto nº 4037 de 29 de abril de 2020.	Art. 2º – Prorroga a suspensão do funcionamento de todos os estabelecimentos de ensino, nos termos do disposto no Decreto Municipal nº. 4021, de 08 de abril de 2020.
02	Decreto nº 4154 de 22 de dezembro de 2020.	Validação de atividades remotas de educação no município de Montes Claros em educação pública e privada
	Decreto n 4169 de 08 de fevereiro de 2021.	Implementa protocolo para o funcionamento dos serviços educacionais, enquanto durar a pandemia de COVID-19, no município de Montes Claros
	Decreto nº 4171 de 08 de fevereiro de 2021.	Estabelece critérios para vacinação contra a COVID-19 Art.1º Fica estabelecida a seguinte escala prioritária de imunização contra a COVID-19 no Município de Montes Claros: XII – professores da rede de ensino, pública e privada;
	Decreto nº 4175 de 17 de fevereiro de 2021.	Designa a contratação de pessoal para atuar no âmbito do sistema municipal de ensino no ano letivo de 2021
	Decreto nº 4204 de 26 de abril de 2021.	Implementa cronograma de retorno presencial dos serviços educacionais e altera o decreto 4169/2021
	Decreto nº 4216 de 20 de maio de 2021.	Implementa cronograma de retorno aos serviços educacionais na rede pública municipal
	Decreto nº 4222 de 25 de maio de 2021.	Suspende o retorno presencial dos serviços educacionais na rede pública municipal e regula escala de prioridade para vacinação dos professores
03	Decreto nº 4267 de 26 de agosto de 2021.	Cria o Plano Educa MOC e dá outras providências
	Decreto nº 4290 de 24 de setembro de 2021.	Dispõe sobre a segunda dose da vacinação contra a COVID-19 em Montes Claros

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A partir do Quadro 1 é possível destacar que o gestor público municipal de Montes Claros/MG decretou estado de emergência a partir do mês de março/2020. Os decretos publicados na Etapa 1 corroboram as observações traçadas por Saraiva; Traversini; Lockmann (2020), Silva; Silva; Gomes (2021) e Moreira; Henriques; Barros (2020), quanto a suspensão das atividades escolares (Decreto nº 4007/2020), instituição do isolamento social (Decreto nº 4002/2020) e a implementação do ERE nas escolas da cidade vi Decreto nº 4009/2020. (MONTES CLAROSd, 2020; MONTES CLAROS, 2020; MONTES CLAROSe, 2020).

Destaca-se na Etapa 2, a validação do ensino remoto para o ano de 2021 (Decreto nº 4154/2020) e o calendário de vacinação que inclui os professores e profissionais da educação como grupo prioritário (Decreto nº 4171/2021). Cita-se ainda que o Decreto nº4204/2021 implementou o retorno presencial das atividades escolares de modo facultativo, porém o gestor público não autorizou o retorno das unidades municipais devido, sobretudo, a falta de estrutura física das mesmas (MONTES CLAROSf, 2020; MONTES CLAROSg, 2021; MONTES CLAROSc, 2020).

Com o avanço da vacinação da população de Montes Claros e a redução dos casos graves de COVID-19 no município, inicia-se a Etapa 3, vigente até o momento da escrita desse estudo, e que possui como marco inicial a criação do Plano Educa MOC (Decreto nº 4267/2021) e que marca o retorno do ensino presencial de forma híbrida nas instituições de ensino municipais (MONTES CLAROSH, 2021).

Com vistas a minimizar os impactos causados pela pandemia na educação, o Plano Educa MOC visa a intervenção pedagógica, o reforço escolar e o incentivo à leitura a ser implementado durante todo o segundo semestre de 2021 do calendário escolar da rede pública municipal.

As principais ações propostas pelo gestor público no Plano Educa MOC foram: (i) a contratação temporária de professores e profissionais da educação; (ii) aquisição de soluções eletrônicas de informática e comunicação e (iii) a aquisição de edições atualizadas de livros de literatura em geral, para recuperação do processo de leitura pelos estudantes da rede municipal de ensino (MONTES CLAROSH, 2021).

Partindo para a observação participante realizada, destaca-se que a escola visitada atende a região urbana do município, em uma área de população carente e, segundo o QEdu (2021), no ano de 2020 a instituição possuía 515 alunos matriculados, sendo 282 alunos para Anos Iniciais, 233 para Anos Finais e 42 para Educação Especial, atendendo a população residente na zona norte da cidade.

Em termos de gestão escolar, conforme descreve Antunes (2020), os diretores das escolas assumiram o papel de gestor público, mesmo que em menor escala e, nesse momento tão complexo em que houve tanta burocracia, buscaram alternativas que foram além das medidas implantadas pelo gestor público municipal, de modo que adaptassem a rotina escolar prevista em um calendário tradicional de ensino presencial a realidade do ensino remoto emergencial.

A gestora educacional da instituição visitada tem cumprido as medidas delimitadas pela Secretaria Municipal de Educação para o retorno as atividades presenciais. Destaca-se no Quadro 2, as principais orientações repassadas pelo gestor municipal e cumpridas pela escola visitada:

Quadro 2: principais orientações para a abertura das escolas em Montes Claros/MG

<b>PRINCIPAIS ORIENTAÇÕES PARA ABERTURA DAS ESCOLAS</b>
Inserção de dispensadores com álcool em gel a 70% em locais de fácil acesso
Uso obrigatório de máscara
Respeito ao distanciamento de pelo menos um metro entre as pessoas
Não compartilhamento de objetos de uso pessoal

Evitar o uso de ventilador e ar condicionado
Estabelecimento de um cronograma de entrada e saída e de utilização dos espaços comuns
Providenciar cartazes informativos/ilustrativos sobre as medidas preventivas de contágio da COVID-19 e a higienização das mãos nas áreas de circulação do estabelecimento
Uso de termômetro que meçam a temperatura à distância
Cada aluno deve trazer seu copo ou garrafa de casa
Manter abertas as portas de áreas com maior circulação, evitando o uso de maçanetas
Colocar no chão, marcações relacionadas à distância de 1,5 metro
Manter distância mínima de 1,5 metro entre as mesas dos alunos

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

É possível inferir, através da observação realizada e de relatos informais realizados com os profissionais da instituição, as dificuldades apontadas por Silva; Silva; Gomes (2021), Fernandes *et. al.* (2020), Barone (2020) e Saraiva, Traversini; Lockmann (2020), quanto a implantação do ERE na escola devido, sobretudo, a falta de recursos tecnológicos, capacitação e treinamento para os professores.

A validação das atividades não presenciais, citadas por Leão; Oliveira; Mandú (2020), também foram realidade na cidade através da publicação de decretos, mas ressalta-se nesse período a exaustão escolar de alunos, professores e corpo técnico, apontada por Silva; Silva; Gomes (2021) bem como a falta de capacitação dos professores para a utilização de ferramentas de ensino EaD, como destacado por Silva; Silva; Gomes (2021) e Oliveira (2020), culminando na precarização do trabalho docente e na queda de índices de ensino-aprendizagem na educação no período da Pandemia COVID-19.

Em resumo, reforça-se que foi percebida medidas de prevenção contra a COVID-19 na instituição pesquisada – como afastamento social, cartazes instrucionais, aferição de temperatura na entrada da escola, distribuição de álcool, obrigatoriedade no uso de máscaras, distribuição dos PETs, comunicação via redes sociais (WhatsApp) mas, ao mesmo tempo, por relato dos próprios funcionários, houve uma queda drástica na produtividade educacional, trazendo índices negativos ao ensino-aprendizagem dos alunos, conforme previsto por Saraiva; Travessini; Lockmann (2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o advento da pandemia COVID-19, a educação no Brasil sofreu impactos severos e mudanças significativas em sua organização escolar, sobretudo no que tange o funcionamento do ensino presencial. Os profissionais da educação têm sofrido para manter a qualidade do ensino aos alunos, com a implementação do ERE.

Esse estudo propôs como problema de pesquisa, compreender qual o impacto da pandemia de COVID-19 no setor da educação municipal em Montes Claros e como a gestão pública municipal respondeu a essa crise, particularmente no contexto do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e do ensino híbrido.

Os resultados provenientes da observação participante junto a uma escola da rede pública municipal durante o período pandêmico demonstraram que o Sistema Municipal de Ensino de Montes Claros, implementou o ERE entre os meses de março/2020 a novembro/2021, com aulas disponibilizadas por meio de recursos digitais e pela oferta de material de apoio. Foi perceptível durante este período a assistência dada pelas famílias que atuaram como tutores dos filhos, ajudando-os na compreensão dos conteúdos.

Além disso, foi possível verificar que as ações tomadas pelo gestor público municipal foram réplicas de modelos implementados pelo gestor estadual e que buscaram minimizar os impactos da pandemia no setor, sem pretensão de implantação definitiva. Ressalta-se que através dos relatos colhidos de funcionários da instituição, a diretora tem cumprido todas as exigências determinadas pela prefeitura municipal, através dos decretos implantados entre os anos de 2020 e 2021.

Também deve-se salientar os esforços dos professores em adaptar-se as tecnologias e dificuldades do ERE para que os alunos não perdessem o vínculo, porém, foi possível inferir, na observação participante que o stress, a fadiga e a estafa mental dos profissionais envolvidos, bem como dos alunos, causados pela massiva rotina do ERE, já que os mesmos se desdobram para manter, de forma aproximada o que era previsto no ensino presencial.

Através da observação realizada, verificou-se a precariedade da educação, sobretudo em tempos de pandemia, já que nem todos possuem acesso à internet e a equipamentos eletrônicos que permitam, com maior conforto, o ensino-aprendizagem. Porém, vale apontar que outras medidas foram tomadas pela gestora escolar em conjunto com o corpo pedagógico e docente, de modo a estreitar os laços entre a comunidade escolar e as famílias, buscando maior facilidade na obtenção de informações e com vistas a inibir a evasão escolar.

Acredita-se que o problema de pesquisa foi respondido, através do diálogo entre os autores e dos objetivos de pesquisa propostos, haja vista que se apresentou as medidas adotadas pela gestão pública municipal na área de educação; verificou-se as ações estratégicas utilizadas pela gestão escolar na observação participante realizada e

elaborou-se o quadro descritivo com as principais ações determinadas através dos decretos municipais no âmbito da educação em suas principais etapas.

A pandemia afetou o mundo de maneiras diversas, e a educação municipal merece atenção especial, uma vez que ainda está em processo de adaptação às tecnologias e ao ensino remoto. Os resultados desta pesquisa oferecem uma compreensão dos desafios enfrentados pela educação municipal durante esse período, destacando as lacunas no acesso digital que exigem investimentos e atenção, sobretudo em tempos de crise. O trabalho serve como base para futuras pesquisas sobre os impactos de longo prazo das ações da gestão pública e estimula reflexões sobre as melhores práticas no ensino remoto.

É importante ressaltar que o ensino remoto não pode ser implementado de forma improvisada; requer adequações e formação específica. Embora a gestão municipal de cada cidade brasileira enfrente realidades distintas, este estudo expõe as complexidades que os gestores públicos de Montes Claros enfrentaram, com ênfase nas atividades escolares durante a pandemia.

Uma limitação deste trabalho é a dificuldade em identificar os efeitos pós-pandemia, em como mensurar ainda precocemente seus efeitos diretos e indiretos, que indica a necessidade de continuidade das discussões sobre esse tema em pesquisas futuras. Estima-se que esse trabalho possa contribuir para outros estudos voltados à temática, principalmente em questões que envolvam a região pesquisada.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.; LÜCHMANN, L.; MARTELLI, C. A pandemia e seus impactos no Brasil. *MARLAS: Middle Atlantic Review of Latin American Studies*, Vol. 4, nº1, 20-25, 2020.

ANTUNES, L.D.M. Educação e pandemia: contribuições da teoria contingencial na gestão escolar em tempos de COVID-19. Ubá: *Mediação*, ano V, n.11, jul.-dez. 2020.

BARONE, I. Educação pública na pandemia: faltam estratégias para enfrentar situações como a Covid-19. *Gazeta do Povo*. Coluna Educação. 24 de março de 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/User/AppData/Local/Temp/Sistema\\_de\\_ensino\\_publico\\_mostra\\_despreparo\\_para\\_lidar\\_com\\_coronavirus.pdf](file:///C:/Users/User/AppData/Local/Temp/Sistema_de_ensino_publico_mostra_despreparo_para_lidar_com_coronavirus.pdf), acesso em 5 de out. de 2021.

DE ALMEIDA, Vanessa Cristina dos Anjos. EDUCAÇÃO EM PERSPECTIVA: A IMPORTÂNCIA PARA O DOCENTE DE CONHECER A HISTÓRIA DA DOCÊNCIA NO BRASIL. *Educere-Revista da Educação da UNIPAR*, v. 22, n. 1, 2022.

FERNANDES, C.G. *et. al.* **Percepções sobre a adoção do ensino à distância (EaD) na rede pública em tempos de pandemia**. Faculdades Dom Bosco: XVII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Disponível em: <file:///C:/Users/User/AppData/Local/Temp/20030285.pdf>, acesso em 5 de out. de 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEÃO, M.L.P.; OLIVEIRA, M.T.D.; MANDÚ, T.M.C. Educação escolar na pandemia: políticas públicas do Estado de Minas Gerais, Brasil, no enfrentamento da crise do novo coronavírus. UFSCar: **Congresso Internacional de Educação e Tecnologias – CIET EnPED**. Agos. 2020.

MINAS GERAIS. Decreto nº 113, de 12 de março de 2020. Declara situação de emergência em Saúde Pública no Estado em razão de surto de doença respiratória – 1.5.1.1.0 – Coronavírus e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

MINAS GERAISa. Resolução SEE nº 4310, de 22 de abril de 2020. Dispõe sobre as normas para a oferta de Regime Especial de Atividades Não Presenciais, e Institui o Regime Especial de Teletrabalho nas Escolas Estaduais da Rede Pública de Educação Básica e de Educação Profissional, em decorrência da pandemia Coronavírus (COVID-19), para cumprimento da carga horária mínima exigida.

MONTES CLAROS. Decreto nº 4002, de 16 de março de 2020. Dispõe sobre a adoção de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo coronavírus – SARS-COV-2.

MONTES CLAROSa. Decreto nº 4004, de 17 de março de 2020. Altera o Decreto nº 4002, de 16 de março de 2020.

MONTES CLAROSb. Decreto nº 4021, de 8 de abril de 2020. Prorroga suspensão do funcionamento de todos os estabelecimentos de ensino no município de Montes Claros.

MONTES CLAROSc. Decreto nº 4204, de 26 de abril de 2021. Dispõe sobre a implementação de cronograma do retorno presencial dos serviços educacionais, altera o decreto municipal nº 4169, de 8 de fevereiro de 2021 e dá outras providências.

MONTES CLAROSd. Decreto nº 4007, de 20 de março de 2020. Dispõe sobre a adoção de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo coronavírus – SARS-COV-2, nos termos da Lei Municipal nº 5252, de 19 de março de 2020.

MONTES CLAROSE. Decreto nº 4009, de 24 de março de 2020. Altera os dispositivos do Decreto Municipal nº 4008, de 23 de março de 2020.

MONTES CLAROSf. Decreto nº 4154, de 22 de dezembro de 2020. Dispõe sobre a validação de atividades remotas de educação no município de Montes Claros

MONTES CLAROSg. Decreto nº 4171, de 08 de fevereiro de 2021. Estabelece critérios para vacinação contra a COVID-19, no município Montes Claros e dá outras providências

MONTES CLAROSH. Decreto nº4267, de 26 de agosto de 2021. Cria o Plano Educa MOC e dá outras providencias

MOREIRA, J.A.M.; HENRIQUES, S.; BARROS, D. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. São Paulo: **Dialogia**, n.34, p.351-364, jan./abr. 2020.

NEVES, J.L. Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades. São Paulo: **Caderno de pesquisas em administração**, v.1, n.3, 2º sem. 1996.

OLIVEIRA, D. A. Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. São Paulo: **Revista USP**. n.127, p.27-40, out-dez, 2002.

PEIXOTO, Reginaldo; CAMPOS, Rosana Aparecida; NOGUEIRA, Gislaíne Cristina. EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA: DESAFIOS E NECESSIDADES. **Educere-Revista da Educação da UNIPAR**, v. 22, n. 1, 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico (recurso eletrônico): Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013, 2ed. 277p.

QEdu. Minas Gerais/Montes Claros. Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/escola/31089834>, acesso em 5 de out. de 2021.

SARAIVA, K.; TRAVERSINI, C.; LOCKMANN, K. **A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente**. Práxis Educativa: Ponta Grossa, v.15, e2016289, p.1-24, 2020.

SENHORAS, E.M. Novo coronavírus e seus impactos econômicos no mundo. Boa Vista: **Boletim de Conjuntura**, ano II, vol. 1, n.2, 2020.

SILVA, M.C.M.; CERCE, L.M.R.; SILVA, Q. P. A educação a distância no Brasil – um panorama histórico e pressupostos epistemológicos dessa modalidade educacional. UFSCar: **Congresso Internacional de Educação e Tecnologias – CIET EnPED**. Agos. 2020.

SILVA, G.; SILVA, A.V.; GOMES, E.P.S. **A gestão escolar em tempos de pandemia na capital alagoana**. Jornal de Políticas Educacionais , v.15, n.1, jan. de 2021.